

Câmara Municipal de Mêda

Ata Número 23

Ata da Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Mêda

Realizada no dia 17 de setembro de 2026

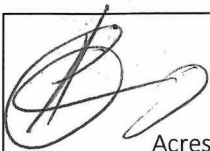
Aos dezassete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas e quarenta minutos, realizou-se a Reunião Extraordinária do Executivo Municipal, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor António César Valente Figueiredo, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mêda. Estive presente, pela coligação AD-PSD/CDS, o Senhor Vereador Carlos Alberto Batoco Montês e a Senhora Vereadora Carla Sofia Silva Sequeira. Igualmente esteve presente o Senhor Vereador Carlos Bruno Fial Pereira, e o Senhor Vereador Anselmo Antunes de Sousa, eleitos pelo Partido Socialista (PS). -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Ponto 1 – Proposta de Regulamento de organização dos serviços Municipais de Mêda; -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente César Figueiredo**, agradeceu a presença de todos e, antes de passar a palavra, referiu que considerava que todos deveriam ser ouvidos relativamente à questão que os trazia hoje aqui. Referiu que considerava que se tratava de um documento cujo atraso já era evidente. Salientou que não conhecia nenhuma Câmara Municipal à sua volta, nem mesmo noutras localidades de que tivesse conhecimento, que não tenham chefias de divisão. Referiu que, era necessário perceber se aquilo que estava a ser feito era correto ou se aquilo que tinha sido feito até então estava incorreto. Recordou que, tinha sido um compromisso assumido durante a campanha eleitoral estabelecer a orgânica da Câmara até ao final do mandato. Contudo, considerou que aquele não era um documento para ser elaborado apenas no último ano do mandato, mas sim um documento que deveria estar implementado, no máximo, durante o primeiro ano e, se possível, ainda no primeiro semestre do primeiro ano. Referiu que, posteriormente, esse documento deveria ser ajustado até ao final do mandato, com as devidas alterações, caso assim fosse entendido. Propôs, por isso, que fosse feita uma discussão sobre um documento que poderia ter um atraso de 15 ou até 20 anos, sem pretender atribuir responsabilidades ao A, B ou C, mas reconhecendo que esse atraso existia. Referiu que, naquele momento, identificava algumas lacunas na Câmara Municipal e no seu funcionamento, nomeadamente ao nível da avaliação, considerando que, se não existisse uma avaliação adequada, não estaria a ser realizado um bom trabalho. Esclareceu que, ao referir “nós”, se reportava tanto ao presente mandato como ao mandato anterior, uma vez que, devido ao arrastamento de notas e à ausência de uma avaliação das pessoas, no mandato anterior a situação tinha sido essa e, em 2025, também se verificaria um arrastamento. Referiu que o arrastamento das notas poderia estar a beneficiar um funcionário que não tivesse o mérito para tal, embora não soubesse se efetivamente assim acontecia. Acrescentou que a não atribuição da nota condizente com a prestação de um funcionário poderia também estar a prejudicá-lo, uma vez que este poderia trabalhar durante todo o ano e, devido ao incumprimento por parte da Câmara ao longo dos últimos anos, ver a sua situação não melhorada e até dificultada no que respeitava à subida na sua carreira. Referiu, por isso, que aquele documento permitiria que, através destas chefias, o processo do SIADAP fosse, de uma vez por todas, regularizado, sendo que, independentemente das chefias de divisão e das pessoas que viessem a ocupar aquelas funções, teria obrigatoriamente de ficar concluído o processo de avaliação no âmbito do SIADAP.



Alameda

Acrescentou que, no seu entendimento, e que já tinha também no mandato anterior percebido, que bastava o Presidente estar ausente ou os senhores Vereadores para que a Câmara simplesmente parasse, uma vez que não existiam as chefias intermédias que continuassem e fizessem com que as coisas avançassem. Referiu, por isso, que se tratava de um documento estratégico para o desenvolvimento do concelho e também para as boas relações que deveriam ser mantidas entre os funcionários, é um documento proposto à discussão, à exceção dos seus vereadores da oposição, que tinham tido um tempo limitado, e que, caso entendessem ter algum contributo, ainda existia tempo para que este pudesse ser inserido no documento. Acrescentou que o documento tinha sido alargado a um conjunto técnico nas diferentes áreas. Referiu ainda que os próprios vereadores tinham tido acesso àquela intenção há meses, e não apenas há dias ou semanas. Referiu que os próprios funcionários, no âmbito da estrutura orgânica da Câmara, tiveram conhecimento da mesma e tinham tido a possibilidade de apresentar contributos para o seu melhoramento e aperfeiçoamento, mas que tinha chegado o momento em que o documento teria de ser submetido a discussão. Referiu que aquilo que inicialmente, no início do ano, era uma pretensão de o documento vir a ser apresentado em fevereiro tinha passado para abril e, posteriormente, de abril para junho. Acrescentou que, naquele momento, havia um compromisso que obrigava a que o documento fosse apresentado naquela reunião, uma vez que este carecia também de conteúdo financeiro e o impacto financeiro teria de ser inserido no próximo orçamento da Câmara Municipal. Referiu, por isso, que, caso não fosse apresentado naquela reunião, seria despropositado que viesse até ao final do ano, o que significaria mais um ano de atraso. Referiu que aquela orgânica permitia, desde logo, avançar com o processo, uma vez que se tratava de um novo mapa. Acrescentou que, naquele ano, estava a ser reconduzido o mapa antigo, existindo alterações substanciais, nomeadamente no número de pessoas do terceiro nível, correspondente aos dirigentes de terceiro grau. Referiu, por esse mesmo motivo, que se tratava de um documento que, porventura, teria de ser ajustado nos anos seguintes, uma vez que não era um documento fechado, mas sim um documento que deveria ter dinâmica e capacidade para acolher os desafios inerentes. Referiu que, por isso, se tratava de um documento que, porventura, iria precisar sempre de melhoramentos, sendo esse o contributo que posteriormente poderia ser dado para que, na realidade, se tornasse um documento que trouxesse uma mais-valia aos funcionários e, como tinha referido, aos munícipes, que considerava ser o mais importante. Acrescentou que essa mais-valia se refletia nas diligências para que fossem respeitados os prazos de resposta aos próprios munícipes e naquilo que deveria ser uma dinâmica de trabalho que permitisse que, independentemente da Câmara que estivesse em funções, a Câmara funcionasse. Referiu que, no seu entendimento, apesar de outros poderem ter uma opinião diferente, numa mudança de executivo, independentemente de quem assumisse funções, o novo executivo entrava sempre sem ferramentas que lhe permitissem dar continuidade ao trabalho que vinha de trás e introduzir melhorias naquilo que era o seu posicionamento político. Referiu que são decisores políticos, mas que aquilo que pretendia com aquele documento era que, daqui a três anos, independentemente do resultado das eleições, a Câmara continue a trabalhar normalmente. Referiu que, naquele momento, quando caía um executivo, caía simplesmente toda a orgânica, fazendo com que a Câmara tivesse tendência a ficar parada. Acrescentou que, por esse motivo, o resultado daquilo que era a dinâmica dentro do território e da região tinha ficado aquém quando comparado com outros, ficando para trás naquilo que era a inovação e o crescimento económico. Esclareceu que não se tratava apenas da falta daquela orgânica, uma vez que existiam muitos outros fatores, mas que aquela era essencial para garantir a continuidade dos serviços e dos trabalhos dos funcionários. Referiu que entendia que a Câmara tem funcionários capazes, na sua grande maioria, dedicados e que deveriam ter uma estrutura e uma divisão que permitisse que o seu trabalho também fosse valorizado de outra

forma. Acrescentou que aqueles que, porventura, não tivessem a mesma atitude não deveriam ser beneficiados nem ter o mesmo tratamento daqueles que faziam um bom trabalho e que tinham mérito nas suas ações. De seguida deu a palavra aos senhores Vereadores.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Anselmo Sousa**, cumprimentou todos os presentes, e referiu que não tinha dúvidas da importância que aquele documento tinha para o bom funcionamento dos serviços da Câmara. Referiu que, como tinha sido dito, se tratava de um documento que deveria estar aprovado há 10, 15 ou 20 anos, tendo existido várias tentativas para o elaborar. Acrescentou que, durante algum tempo, tinham tentado fazê-lo enquanto presidente, mas não tinha chegado à meta final. Manifestou que, nos tempos atuais, a inexistência de chefes de divisão de primeiro e segundo grau não era adequada à importância que estes deveriam ter no município, quer para o bom funcionamento dos serviços. Referiu que considerava que, naquele ponto, não se poderia fugir muito da proposta apresentada, identificando quatro divisões: a Divisão Administrativa e Financeira, a Divisão de Desenvolvimento Urbano e Ambiente, a Divisão Cultural, Património e Desporto e, por fim, a Divisão de Desenvolvimento e Intervenção Social e Educação. Acrescentou que, ao nível das unidades orgânicas, poderia eventualmente existir alguma alteração ou fusão, embora considerasse que isso poderia complicar um pouco o funcionamento dos serviços, dando como exemplo a Divisão de Desenvolvimento e Intervenção Social e Educação, que estava apenas numa subunidade orgânica. Reforçou que pretendia apenas realçar a importância daquele documento e que este entrasse em vigor na data possível, uma vez que tal se trata de um procedimento que tem de seguir para concurso público, manifestando de que a Câmara tinha técnicos capazes de concorrer.

Usou da palavra o **Senhora Vereadora Carla Sequeira**, referiu que pretendia reforçar a validade e a pertinência da estrutura organizacional proposta para os Serviços Municipais de Mêda, a qual tinha sido cuidadosamente elaborada com base nos princípios de eficiência, modernização, transparência e participação cidadã, alinhando-se com as melhores práticas de gestão pública moderna. Relativamente à modernização administrativa, referiu que a estrutura proposta visava simplificar e racionalizar os procedimentos internos, eliminando formalismos desnecessários e promovendo uma administração mais ágil e eficiente. Acrescentou que a organização por unidades orgânicas flexíveis permitia uma resposta mais rápida às necessidades da população, garantindo maior proximidade e qualidade no atendimento. No que respeitava à flexibilidade e adaptação às necessidades estratégicas, referiu que a criação de unidades de diferentes níveis hierárquicos, com autonomia operacional, possibilitava uma gestão mais descentralizada, promovendo maior responsabilidade e autonomia aos dirigentes. Referiu ainda que aquela estrutura estava preparada para se ajustar às prioridades estratégicas do município, garantindo uma utilização eficiente dos recursos humanos e materiais e procurando responder às expectativas da comunidade. Quanto à orientação para resultados e participação cidadã, referiu que a estrutura valorizava a participação dos cidadãos e a transparência, integrando unidades específicas de apoio às relações externas, comunicação, empreendedorismo e apoio às Freguesias, promovendo uma gestão participativa e inclusiva. Acrescentou que a ênfase na avaliação de desempenho e na prestação de contas reforça o compromisso com a qualidade e a responsabilidade na gestão pública. Relativamente à integração e articulação entre setores, referiu que o modelo previa uma organização integrada, na qual as diferentes unidades, setores e gabinetes trabalharão de forma coordenada, promovendo sinergias e aumentando a capacidade de resposta às questões complexas do município. Acrescentou que a delegação de competências e a dependência funcional reforçavam a eficiência na tomada de decisões, mantendo, simultaneamente, o controlo estratégico pelo órgão executivo. No que respeitava à conformidade legal e à inovação, referiu que a estrutura estava alinhada com os regimes jurídicos


Ameida

aplicáveis às autarquias locais, garantindo a legalidade e a segurança jurídica. Acrescentou que incorporava também elementos de inovação, nomeadamente através do uso de novas tecnologias, da gestão de informação geográfica, da proteção de dados e do desenvolvimento sustentável, considerados elementos essenciais para uma gestão moderna e responsável. Quanto à valorização do capital humano, referiu que a proposta contemplava cargos de direção intermédia qualificados e a implementação de sistemas de avaliação de desempenho, promovendo a valorização dos trabalhadores, incentivando a sua qualificação contínua e a sua motivação. Em suma, referiu que a estrutura apresentada era robusta, moderna e adaptável às necessidades específicas do Município de Mêda, garantindo maior eficácia na prestação dos serviços públicos, promovendo a participação cidadã e contribuindo para uma gestão transparente, responsável e orientada para resultados. Por fim, apelou à aprovação da estrutura, considerando que aquela organização contribuiria para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes de Mêda.

Usou da palavra o **Sr. Vereador Carlos Fial**, cumprimentou o Sr. Presidente, os Srs. Vereadores e a Secretária, Cara Letícia. Relativamente à questão do organograma, referiu que pretendia apenas dar algumas considerações, sem querer repetir aquilo que já tinha sido usando a expressão “chover no molhado” referido pelo Sr. Presidente, pelo seu colega Anselmo Sousa e pela Vereadora Dra. Carla Sequeira. Referiu que, de qualquer das maneiras, também sentia que, do nosso quadro de vereadores, tanto ele como o Sr. Vice-Presidente Carlos Montês, por não terem estado presentes no último mandato, poderiam desde logo apontar que tinha existido, de facto, um erro, tanto do ponto de vista do planeamento como estratégico, ao aprovar-se aquele tipo de planeamento de estruturas tão perto de atos eleitorais, como tinha acontecido no último mandato. Referiu, por isso, que nada tinha a opor ao momento em que o atual Executivo, nomeadamente o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores com funções executivas, trazia aquele documento à Câmara. Referiu que reconhecia e se revia em muitos dos argumentos que tinham sido apresentados, embora também devesse dizer que não era, de todo, a primeira vez que eram aprovados organigramas em Câmara, quer naquele mandato, quer nos anteriores. Referiu que tinham existido vários nos últimos 10 anos, mas que havia algo que a aprovação de todos os organigramas tinha demonstrado: por si só, o organograma não resolvia a situação. Referiu que era precisamente nesse ponto que pretendia centrar a sua intervenção. Referiu que, do ponto de vista da visão política da estruturação dos serviços, tal como o Sr. Presidente tinha referido, se tratava de uma opção política que tinha em conta os próprios recursos da Câmara, nomeadamente ao nível do quadro de pessoal, da estrutura e da dimensão da mesma. Salientou, no entanto, que a existência de unidades de chefia de 2.º ou de 3.º grau, por si só, não iria resolver os problemas. Referiu que a existência de chefes de unidade, dirigentes de unidade não seria suficiente se, posteriormente, esses dirigentes não tivessem competências definidas, um plano de ação definido e também um poder decisório definido. Referiu que, caso contrário, se poderia incorrer naquilo que já tinha acontecido no passado, em que existiam estruturas orgânicas, melhores ou piores, e chefes existiam, mas as questões acabavam por ficar sempre no organograma e por terminar no mesmo sítio, ou seja, no gabinete do Presidente. Acrescentou que tal acontecia porque existia receio de decidir e porque havia entraves no próprio funcionamento dos serviços, manifestando assim que esses seriam desafios que surgiriam posteriormente e que seriam os verdadeiros desafios. Salientou, por isso, que pretendia centrar a sua intervenção no facto de que o organograma, por si só, não iria resolver os problemas, sendo necessário proceder à sua implementação. Referiu que, para a implementação, iriam existir diversos desafios, nomeadamente ao nível do funcionamento das unidades orgânicas, uma vez que existiam diversos serviços que não estavam minimamente habituados a funcionar sob a alçada de

unidades orgânicas, fossem elas de 2.º ou de 3.º grau. Manifestou também que existiria o desafio, já várias vezes identificado nas reuniões de Câmara, da própria renovação do quadro de pessoal da Câmara. Reconheceu que a Câmara tinha um quadro de pessoal competente, mas referiu que este era cada vez mais escasso em determinados setores e que existia também um quadro de pessoal cada vez mais envelhecido em determinados setores também. Referiu que esses seriam desafios para o município que se prolongariam ao longo dos próximos anos e que poderiam inclusivamente ser agravados, tendo em conta a forma de atrair pessoas para o exercício de funções públicas enquanto profissão era cada vez menor e que era cada vez mais difícil o recrutamento e a motivação para o recrutamento em determinadas áreas da função pública. Relativamente ao organigrama em si, referiu que nada tinha a considerar quanto à divisão dos gabinetes, tendo em conta que os gabinetes, nomeadamente o gabinete jurídico e os gabinetes de comunicação, deveriam estar sob a alçada do Presidente, uma vez que existia sempre uma vertente de trabalho político associada aos mesmos, não tendo, por isso, qualquer oposição nesse sentido. Referiu igualmente que a divisão dos serviços iria obedecer às quatro grandes divisões, correspondentes às quatro grandes unidades de 2.º grau, considerando que esta organização se adaptava à dimensão do município. Deixou uma nota relativamente àquilo que considerava ser uma ausência, não sabendo se propositada ou não, referindo que a estrutura orgânica deveria contemplar o Gabinete de apoio ao Empreendedorismo, o Mêda Park e o Mêda Connect. De seguida, passou a referir-se à proposta de regulamento. Referiu que tinha feito uma leitura na vertical, o que poderia dever-se aos seus afazeres, nomeadamente por ser pai de segunda viagem de uma bebé de três semanas, situação que não lhe tinha dado muito tempo para fazer uma leitura mais aprofundada. Acrescentou que, ainda assim, a responsabilidade era sua, uma vez que o documento tinha sido enviado dentro do prazo e, tratando-se de um documento com 50 páginas, também não seria por aí. Referiu, no entanto, que não tinha tido, manifestamente, tempo para o ler todo como gostaria. Referiu que não se iria opor, nem sequer iria votar contra a aprovação daquela estrutura, deixando, contudo, claro que, da sua parte, considerava que, neste tipo de documentos, via mais a vertente política do que propriamente a vertente técnica. Referiu que percebia perfeitamente que quem tinha um mandato democraticamente atribuído pelo povo tinha o poder decisório e também o poder e o dever de criar condições para governar da melhor forma. No entanto, frisou que os problemas não se vão resolver apenas pelo facto de existir um organigrama. Referiu que não era, de todo, a primeira vez que tal acontecia na Câmara e que, no passado recente, se poderia sempre dizer que poderia existir mais uma unidade, menos uma unidade ou que as unidades de segundo grau poderiam ser substituídas por unidades de terceiro grau, mas que seria a prática a fazer a diferença. Referiu que, nesse sentido, seria importante existirem chefias capazes, mas também com campos de ação definidos, competências definidas e objetivos operacionais definidos, para que não ficassem limitadas na indefinição entre decidir ou não decidir, ou entre tomar uma ação ou não a tomar. Referiu, por fim, que eram estas as considerações que pretendia deixar, não tendo, de resto, nada a opor.

Usou da palavra o Sr. Vereador Carlos Montês, desejou uma boa tarde a todos e referiu que, no que lhe competia e tendo em conta o pouco tempo que esta na Câmara, iria confiar nos técnicos, no Sr. Presidente e na Sra. Vereadora, relativamente à forma como organizaram a proposta. Referiu que o que tinha notado, e que concordava um pouco as palavras do Sr. Vereador Carlos Fial, era que só o tempo iria mostrar se aquela estrutura iria, efetivamente, funcionar na prática. Referiu que, tem verificado que existiam situações em que assumiam diretamente determinadas funções e que, eventualmente, aquela organização poderia facilitar o trabalho, nomeadamente através de um contacto mais direto e da resolução de alguns pormenores relacionados com a

documentação, permitindo, muitas vezes, resolver determinados assuntos. Referiu também que, numa das situações que tinha acompanhado, nomeadamente o SIADP tinha notado bastante que, se já existisse um processo diferente, nomeadamente criado naquela estrutura orgânica, isso lhes facilitaria um pouco mais o trabalho. Manifestou, por isso, que também aceitava que aquela proposta constituía um bom ajustamento, de forma a que a Câmara funcionasse melhor, que as tarefas estivessem mais bem divididas e que existisse uma maior definição de competências. Concluiu referindo que, tendo em conta o pouco tempo que tem de experiência, também concordava com a proposta e esperava que a estrutura funcionasse.

Usou da palavra o Sr. **Presidente César Figueiredo**, referiu que não existiam pessoas perfeitas, nem na nossa Câmara, nem em qualquer outro lado, acrescentando que não havia Presidentes perfeitos, Vereadores perfeitos, Professores perfeitos ou qualquer outra pessoa perfeita. Referiu que deveriam ter a capacidade de reconhecer as suas próprias limitações e perceber que a dinâmica de uma Câmara, tal como estava estruturada há cerca de 20 anos, não permitia que o Presidente exercesse plenamente as funções de Presidente, que os vereadores exercessem plenamente as suas funções e que os funcionários exercessem plenamente as suas funções. Referiu que dizia sempre aos políticos que lhes competia fazer trabalho político e aos técnicos que lhes competia fazer trabalho técnico. Acrescentou que, quando um político fazia trabalho técnico, não estava a desempenhar bem a sua função e estava a prejudicar-se a si próprio. Referiu igualmente que, quando os técnicos faziam trabalho político, não lhes competia desempenhar esse tipo de funções, uma vez que eram técnicos. Concluiu referindo que, perante essa situação, tinham de encontrar uma forma de organização que permitisse respeitar e distinguir as funções políticas e técnicas.

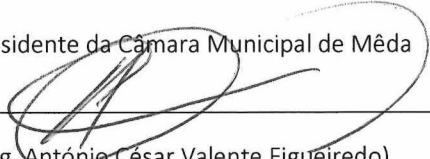
Ponto 1 – Proposta de Regulamento de organização dos serviços Municipais de Mêda. -----

Após análise do ponto, o Sr. **Presidente César Figueiredo**, colocou o mesmo à votação. A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento de organização dos serviços Municipais de Mêda, e submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação;

Por fim, foi deliberado que os assuntos constantes desta reunião sejam aprovados em minuta, de acordo com o disposto no n.º 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I a que se refere o nº2 do artigo 1º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua atual redação. -----

Encerramento - Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Câmara deu como encerrada a reunião pelas dezasseis horas e trinta minutos. Para que todos os assuntos abordados constassem, lavrou-se a presente Ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que compreende 6 páginas, que vão ser rubricadas e assinadas pelo Presidente e por mim que a secretariei.

O Presidente da Câmara Municipal de Mêda


(Eng. António César Valente Figueiredo)

A Secretária



(Leticia Lopes Almeida)